

Escrevivências, Percursos e Fronteiras: ensaio sobre a experiência da pesquisa sob a ótica da racialidade

Claudiane Alves Gonçalves¹

Palavras-chave: Escrevivência; Universidade-Plantation; Racismo Estrutural; Epistemologias Negras; Descolonização Acadêmica

*Vou contar em um cordel
Uma história de luta e dor
De uma pesquisadora
Que enfrenta com muito ardor
As mazelas da academia
E o racismo opressor.*

1. INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira, historicamente edificada sobre os alicerces do pensamento colonial e eurocêntrico, constitui-se como um espaço de contradições profundas quando analisada a partir da experiência de corpos racializados. Se, por um lado, o acesso ao ensino superior representa uma conquista significativa no enfrentamento das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira, por outro, a permanência e a produção intelectual de sujeitos negros nesse ambiente revelam a persistência de mecanismos sutis e sofisticados de exclusão, violência simbólica e racismo.

Este trabalho inscreve-se no campo das escrevivências, conforme proposto por Conceição Evaristo (2007), como uma prática de escrita que emerge da experiência vivida, articulando memória, corpo e território em uma narrativa que recusa o silenciamento imposto pela colonialidade do saber. A escrevivência, nesse sentido, não se limita ao relato autobiográfico, mas constitui-se como um ato político de resistência epistemológica, que reivindica a legitimidade de outras formas de produção de conhecimento para além dos cânones estabelecidos pela tradição acadêmica dominante.

A trajetória aqui narrada parte de uma infância marcada pela violência racial, pelo abandono estatal e a necropolítica, vivenciada em uma comunidade do interior de Minas Gerais, onde o tráfico de drogas e a ausência de políticas públicas configuraram um cenário de precarização da vida. O deslocamento forçado do território de origem e a truculência

¹ Mestranda no Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais Em Desenvolvimento, Agricultura E Sociedade (Cpda/Ufrj), E-mail: claudianealves@ufrj.br

pedagógica no ambiente escolar constituem experiências que, longe de serem excepcionais, refletem a estruturação racializada do sistema educacional e no cotidiano brasileiro.

Logo, a pesquisa em perspectiva autoetnográfica, ancorada na revisão crítica da literatura, tem como objetivo analisar como a estrutura acadêmica mantém uma lógica colonial que não foi desenhada para a mulher negra como produtora de conhecimento, mas como objeto de estudo ou mão de obra subalternizada.(Gonzales, 1988) Para tanto, mobilizo o conceito de "universidade-plantation" (Borges, 2020) como categoria analítica que permite compreender as continuidades entre o regime escravocrata e as práticas institucionais contemporâneas no âmbito da educação superior.

Indo além, o aporte teórico fundamenta-se também em autoras e autores que têm dedicado suas reflexões à interface entre raça, gênero, educação e colonialidade. As contribuições de Lélia Gonzalez (1988) sobre o racismo como estrutura fundante da sociedade brasileira, de Sueli Carneiro (2005) acerca do dispositivo de racialidade e da epistemologia do branqueamento, de Grada Kilomba (2019) sobre a memória da plantação como chave interpretativa das relações raciais, e de Achille Mbembe (2016) sobre a necropolítica como regime de gestão das vidas descartáveis, constituem o arcabouço teórico que orienta esta reflexão.

A estrutura do texto organiza-se em quatro seções principais abertas por um cordel que situa a vivência e o que se abordará naquele trecho. Após esta introdução, a primeira seção aborda a constituição do sujeito pesquisador a partir da experiência de violência racial na educação básica, evidenciando como o racismo opera de maneira explícita e naturalizada nas instituições escolares. A segunda seção analisa a transição para o ensino superior e a pós-graduação, explorando os deslocamentos e estranhamentos vivenciados pela mulher negra na academia. A terceira seção propõe uma reflexão sobre a universidade enquanto plantation contemporânea, examinando as permanências coloniais nas práticas acadêmicas e as possibilidades de descolonização do saber. Por fim, as considerações finais apontam para a necessidade de transcender o acesso numérico e avançar em direção à efetiva transformação das estruturas epistemológicas e institucionais que sustentam a reprodução das desigualdades raciais na educação superior.

2. A Constituição Do Sujeito Pesquisador: Violência Racial e Educação Básica

*Nasci em Minas Gerais
Num lugar de muito aperto
O tráfico dominava
E o Estado era deserto
A violência nos cercava
Sem futuro, sem acerto.*

*Com minha mãe e minha irmã
Tive que fugir dali*

*Do aliciamento e da morte
Que rondavam onde eu vivi
Deixei meu território amado
E um pedaço de mim perdi.*

A convivência cotidiana com a violência constitui uma realidade estrutural na trajetória de inúmeros jovens negros no Brasil. Como ilustrado no excerto de cordel que precede este texto, minha vivência pessoal não divergiu desse panorama. A exposição compulsória a esse contexto de necropolítica, (Mbembe, 2016) onde o crime e a morte imperavam, moldou não apenas a minha percepção de mundo, mas também o meu horizonte de expectativas, restringindo minhas projeções de futuro quase exclusivamente às dinâmicas de vulnerabilidade que me circundavam.

A sensação vivenciada naquele momento foi a de habitar um "fora-do-mundo", estabelecendo um paralelo direto com a realidade da população negra durante a escravidão. Essa dinâmica de exclusão é precisamente delineada por Malcom Ferdinand:

“Fora-do-mundo” não significa que os escravizados não estejam fisicamente presentes nas Américas, nas oficinas das cidades ou nas plantações, tampouco que seus lugares e funções sociais não sejam reconhecidos. Significa que os escravizados são mantidos fora de um conjunto de instituições, de arenas públicas e políticas onde se constrói e se organiza o mundo. Assim como as crianças e as mulheres não escravizadas, os escravizados não podem votar, não podem ocupar cargos de autoridade nos conselhos soberanos e nas cortes de Justiça, tampouco o cargo de governador. Reduzidos a uma mão de obra dos desejos dos outros, os escravizados permanecem estrangeiros no mundo.

Guardadas as devidas proporções, evidencia-se que essa condição não foi plenamente superada. Embora haja avanços quanto ao acesso e à presença de pessoas negras em espaços de poder e decisão, nossa participação permanece estruturalmente reduzida. Ao analisarmos a realidade de uma criança negra atravessada por um contexto de violência, o acesso a essas arenas e espaços de poder torna-se ainda mais distante e inalcançável. A lógica social sustenta a dicotomia excludente entre "nós" e "os outros", na qual continuamos a ser tratados como a "carne barata" (Carneiro, 2023), enquanto a branquitude preserva seus privilégios históricos.

O elemento de ruptura nessa trajetória adveio da perspectiva e da agência de meus pais diante dessa conjuntura. No intuito de nos assegurar perspectivas mais promissoras, minha mãe abdicou de sua vida e fugiu conosco para um município de menor porte, vislumbrando na educação formal uma via de emancipação e fuga da incrição de nossas vidas no signo da morte, já que naquele sistema de racialidade, a branquitude inseri-se no insigno da vida e os negros do óbito. (Carneiro, 2023)

Contudo, o que se apresentava como um horizonte de esperança logo revelou suas próprias contradições. A educação básica voltada a crianças e jovens negros no Brasil é, sistematicamente, atravessada por um conjunto de violências que operam em múltiplas dimensões. Compreende-se que o problema transcende a mera ausência de políticas de permanência estudantil ou a precarização material das escolas situadas em territórios periféricos. Trata-se, fundamentalmente, da operação de um dispositivo de racialidade que perpassa as relações escolares cotidianas e produz efeitos subjetivos profundos, os quais frequentemente se materializam em processos de autonegação, silenciamento e evasão escolar.

*Na escola fui maltratada
Pela truculência cruel
Minha dislexia ignorada
Me chamavam de anormal
Diziam que meu destino
Era ser doméstica afinal.*

*"Trabalhar em casa de família"
Era o que me destinavam
Meu sonho de estudar
Os professores matavam
Mas meus pais insistiam
E em mim eles acreditavam.*

A escola, espaço que deveria constituir-se como território de acolhimento e desenvolvimento, revelou-se, nesse contexto, como um *locus* de reprodução das hierarquias raciais. A truculência pedagógica ali vivenciada exemplifica o que Kilomba (2019) denomina "racismo cotidiano": um processo por meio do qual o sujeito negro é submetido, diariamente, a microagressões. De forma velada, essas violências dificultam a pronta identificação da injúria racial em si, mas recolocam e transportam simbolicamente esse indivíduo de volta "à plantação", isto é, à condição de subalternidade e inferiorização.

Na condição de criança inserida no ambiente escolar, tal dinâmica se materializava por meio de diferentes mecanismos: a negação de saberes produzidos a partir de experiências não brancas; o abandono e a desassistência pedagógica; bem como a omissão institucional (o "não dito") frente a violências raciais explícitas, a exemplo do uso de apelidos pejorativos e humilhantes. Em outras palavras, naquele momento, ainda que de modo inconsciente, eu já vivenciava em minha própria subjetividade os primeiros traços da "plantação"².

² "A ideia da "plantação" é, além disso, a lembrança de uma história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor, uma história que é animada através do que chamo de episódios de racismo cotidiano. A ideia de "esquecer" o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumática."(Kilomba, 2019, p.213)

3. Da Graduação À Pós-Graduação: Deslocamentos E Estranhamentos Na Academia

*Meu pai pedreiro, minha mãe doméstica
Com muito sacrifício e suor
Quiseram pras filhas um destino
Muito melhor, com muito amor
E eu entrei na universidade
Realizando nosso sonho com muito ardor..*

*Na graduação me senti
Pertencente àquele lugar
Mas na pós-graduação
O abismo veio me mostrar
Que a academia não foi feita
Pra mulher negra habitar.*

*Poucos são iguais a mim
Nesse espaço tão hostil
O racismo naturalizado
Me faz sentir muito febril
Minha presença causa estranheza
Num ambiente tão senil.*

*A universidade se diz
Local da razão universal
Mas pra quem é racializado
É uma plantation colonial
Uma versão sofisticada
Do regime desigual.*

O ingresso na universidade pública, concretização de um sonho familiar e pessoal, inaugura uma nova fase na trajetória de sujeitos negros que logram transpor as barreiras do acesso à educação superior. Contudo, como apontam diversos estudos no campo das relações raciais e da educação (Munanga, 2005; Gomes, 2017), o acesso não garante a permanência, tampouco a vivência plena no ambiente acadêmico. Enquanto graduanda, enfrentei severas instabilidades financeiras que me exigiram um esforço desproporcional na busca por bolsas de complementação de renda, fundamentais para viabilizar minha permanência. Essa dificuldade era agravada pela profunda defasagem dos valores dos auxílios institucionais disponibilizados pela universidade.

Esse cenário evidencia a operação de mais um dispositivo de racialidade, que dialoga com o que Sueli Carneiro conceitua como a política da "terra arrasada": permite-se o acesso, mas sucateiam-se as condições materiais necessárias para a manutenção desses sujeitos nos

espaços conquistados. Em outras palavras, para os estudantes pobres e negros — que constituem a maioria nos índices de vulnerabilidade, a raça e a classe continuam operando como marcadores indissociáveis de exclusão, mesmo após o ingresso no ensino superior.

Ainda assim, a despeito das dificuldades financeiras e da atuação desses dispositivos de exclusão, vivenciei na graduação um sentimento de pertencimento que pareceu dissipar-se com a entrada na pós-graduação. Essa inflexão pode ser compreendida à luz das especificidades da pós-graduação *stricto sensu*, espaço no qual as hierarquias epistêmicas se tornam mais explícitas. Nesse nível de formação, a produção de conhecimento exige um engajamento profundo com tradições teóricas e metodológicas historicamente estabelecidas e rigidamente hierarquizadas, que em muitos cenários, exclui propostas e teorias que se distanciam dos cânones já estabelecidos.

Em outras palavras, a exigência de uma pretensa objetividade e a imposição do que é chancelado como "teoria" legítima sobre a produção intelectual negra refletem os mecanismos de controle inerentes ao ambiente acadêmico. Tais mecanismos são forjados por interesses hegemônicos que, por meio de abstrações universalistas, invisibilizam a realidade dos grupos racializados. O propósito subjacente a essa dinâmica é erigir barreiras epistemológicas que dificultem a formulação de conceitos divergentes do cânone estabelecido (Carneiro, 2023).

Em minha trajetória, essa interdição materializou-se reiteradas vezes, sobretudo em disciplinas de metodologia da pesquisa. Ao expor meu interesse em investigar determinado objeto sob a ótica da raça e do racismo, deparei-me frequentemente com recusas e tentativas de desvio de foco. Invariavelmente, recomendava-se a substituição da raça por outras categorias analíticas, sendo a classe social a sugestão mais recorrente, sob o pretexto de que esta seria mais adequada ou abrangente para analisar o fenômeno.

Nessa lógica, minha proposta de pesquisa era sistematicamente desvalorizada por centrar-se em um conceito lido de forma institucional como "limitado" ou "particular" sendo questionado até minha proximidade com o tema. A mensagem implícita era a de que a minha investigação estava "fora do lugar". Por extensão, esse não-lugar acadêmico demarcava, de forma perversa, o exato lugar de subalternidade designado ao sujeito negro e aos seus saberes na produção de conhecimento. Kilomba (2019) denomina esse ponto de "cultura do embranquecimento", processo pelo qual a academia opera como um mecanismo de seleção que tende a excluir ou marginalizar perspectivas epistêmicas não-brancas, produzindo um ambiente de homogeneidade que desnaturaliza a presença de qualquer expressão não branca.

O abismo percebido na pós-graduação não se restringe às exigências do conhecimento dito acadêmico; ele materializa-se, de modo contundente, na solidão inerente a um espaço onde há escassez de pares. Essa ausência representativa normaliza o racismo, fazendo com que ele opere de forma naturalizada no ambiente da pós-graduação. Nesse cenário pactuado, é a própria presença da mulher negra, ou as reações de repulsa direcionadas a ela, que passa a ser lida como o elemento causador do estranhamento. Diante desse contexto, é muito oportuno pensar na analogia do navio negreiro:

“O navio negreiro “criou” seres que não são nem estrangeiros nem cidadãos verdadeiros, seres designados para o porão, cuja principal estrangeiridade é serem inadmissíveis no convés do mundo. O negreiro desembarca Negros em um fora-do-mundo, sem tocar na Terra.” (Ferdinand, 2022)

Acredito que essa seja uma excelente analogia pois, muitas vezes, nós, negros, somos vistos e tratados como seres inadmissíveis no "convés do mundo", ou melhor, no convés da universidade. Mesmo presentes, seguimos como estrangeiros deslocados e relegados ao porão institucional, sem nunca tocar a terra, que aqui seria representada pela pesquisa sobre nós mesmos, sobre quem somos e o que queremos ser. (Ferdinand, 2022)

Esse aspecto evidencia como a racialidade atravessa as relações acadêmicas de maneira insidiosa e perversa. O estranhamento produzido pela presença de corpos negros em espaços historicamente hegemonizados pela branquitude não constitui, portanto, um fenômeno individual ou isolado. Trata-se da expressão de uma dinâmica estrutural que reitera a associação tácita entre a produção do conhecimento legítimo e determinadas identidades raciais.

Em minha trajetória, essa "normalidade" racista revelou-se de maneira explícita e violenta durante uma aula. Uma professora afirmou, abertamente, sentir falta da época em que a pós-graduação possuía "seus escravinhos", em referência às trabalhadoras terceirizadas da limpeza. A naturalidade com que tal afirmação foi proferida, como se a apologia a esse termo não constituísse uma violência e um crime, atesta o quão arraigado e tolerado é o pensamento colonial nesse espaço. Naquela conjuntura, o racismo era a norma compartilhada; a anomalia, o "estranho", era eu, que me recusei a naturalizar o intolerável e me incomodei com a barbárie proferida.

A universidade, idealizada como local da razão universal (Silva, 2007), revela-se na vivência de corpos racializados como uma extensão sofisticada da plantation. Essa analogia, proposta por autores como Borges (2020) e Davis (2016), não é meramente metafórica, mas aponta para permanências estruturais na organização do trabalho acadêmico e nas hierarquias de saber que reproduzem, em novos termos, a lógica colonial que fundamentou a escravidão moderna.

A experiência de deslocamento na pós-graduação evidencia a necessidade de compreender como a academia opera como "dispositivo de racialidade" (Carneiro, 2005), produzindo e reproduzindo hierarquias que associam determinados sujeitos a determinados lugares no campo do saber. A mulher negra, nesse contexto, é frequentemente posicionada como objeto de estudo ou como mão de obra para a realização de pesquisas orientadas por perspectivas que não consideram sua experiência como lugar de produção de conhecimento legítimo.

O processo de tornar-se pesquisadora negra na pós-graduação exige, portanto, um duplo movimento: de um lado, a apropriação crítica das ferramentas teóricas e metodológicas da tradição acadêmica; de outro, a construção de um lugar de enunciação que não se limite à reprodução do conhecimento estabelecido, mas que o interpele a partir das experiências e saberes que emergem de corpos e territórios historicamente subalternizados.

4. A Universidade-Plantation: Permanências Coloniais e Possibilidades de Descolonização

*Mas eu pego a caneta
E transformo a ferida
Em verso, em tese, em mapa,
Em geografia vivida.
A escrevivência é a ponte
Entre a morte e a vida.*

*Com Lélia, Sueli, Conceição,
E com Grada Kilomba,
Meu grito não se cala
Nem se curva à lombra.
Descolonizar os saberes
É minha missão mais com ba.*

*Carolina, Dandara, Tereza,
Maria Firmina, Aqualtune,
Luísa, Esperança, Tia Ciata,
Zacimba Gaba e Na Agontimé.
Todas me dizem: "Filha, não caís,
O futuro já vai renascer".*

O conceito de *plantation*, compreendido para além de sua dimensão econômica como organização do trabalho escravista, tem sido mobilizado por diversas autoras e autores como chave interpretativa para compreender as permanências do colonialismo nas estruturas sociais contemporâneas. No campo da educação, a noção de "universidade-plantation" (Borges, 2020) permite analisar como as hierarquias raciais estabelecidas no período colonial continuam a operar na organização do ensino superior.

A *plantation*, como sistema, não se reduz à produção de mercadorias, mas constitui-se como um regime de gestão de corpos, saberes e territórios que estabelece uma divisão racializada do trabalho e do conhecimento. As contribuições de McKittrick (2013) sobre os "futuros da plantação" e de King (2016) sobre a paisagem da plantação como espaço de

leitura crítica das relações raciais são fundamentais para compreender como esse regime se atualiza nas instituições contemporâneas.

A universidade, enquanto instituição forjada no contexto do colonialismo moderno, tem na produção e validação de saberes um de seus principais mecanismos de reprodução das hierarquias raciais. O que é considerado conhecimento legítimo, quais metodologias são reconhecidas como válidas, que sujeitos são autorizados a produzir conhecimento e em que condições, tudo isso constitui um campo de disputa política que reflete e reforça as divisões raciais estabelecidas pela modernidade colonial?

A "universidade-plantation" opera por meio de mecanismos sutis que incluem desde a composição racial do corpo docente e discente até a organização curricular, passando pelos critérios de avaliação e pelos processos de seleção para o ingresso e permanência na carreira acadêmica. A naturalização de determinados conhecimentos como universais e a desqualificação de outros saberes como locais ou particulares constitui um dos principais dispositivos para manutenção da lógica colonial no ensino superior. (Carneiro, 2023)

A violência simbólica vivida na pós-graduação, manifesta no estranhamento produzido pela presença de corpos negros em posições de produção de conhecimento, é expressão dessa lógica colonial que não desenhou a universidade para a mulher negra como produtora de saber, mas como objeto ou mão de obra (Gonzalez, 2020). O desafio de permanecer e produzir conhecimento nesse ambiente envolve, portanto, não apenas questões individuais de adaptação, mas um enfrentamento coletivo das estruturas que reproduzem as hierarquias raciais e relegam a mulher negra a posição de inferioridade. Como bem aponta Lélia Gonzalez (2023):

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. (Gonzalez, 2023, p.83)

Partindo dessa reflexão, é possível traçar um paralelo nítido entre os papéis que a sociedade brasileira reserva à mulher negra e a forma como ela é tratada no ambiente acadêmico. Isso evidencia que a universidade, embora frequentemente idealizada como o espaço máximo do esclarecimento e da vanguarda do conhecimento, atua, na realidade, como um espelho das lógicas conservadoras e preconceituosas da estrutura social, reproduzindo a mesma exclusão sistêmica denunciada pela autora.

Indo além, podemos ressaltar que as contribuições de Anzaldúa (1987) sobre a "fronteira" como lugar de produção de conhecimento, de Moraga (2022) sobre o "ponte" como metáfora para a conexão entre diferentes saberes, e de Nego Bispo (2023) sobre a ecologia de saberes, apontam para a necessidade de construir outras formas de relação com o conhecimento que não reproduzam a lógica colonial. Essas perspectivas, juntamente com o "pensamento negro radical" (Spillers, 2021; Wynter, 2003), oferecem ferramentas teóricas e políticas para pensar uma descolonização da academia. Isto pois, transcende o imaginário rígido e padrão que a academia impõem e ofertam saberes e formas de compreender o que é ciência e sua importância.

A luta contra a "universidade-plantation" não se limita à ampliação do acesso, embora essa seja uma conquista importante. Trata-se de questionar os próprios fundamentos do saber universitário, reconhecendo a validade de outras epistemologias, o que implica transformar as estruturas curriculares, as práticas pedagógicas, os critérios de avaliação, as relações de poder que organizam a produção de conhecimento e sobretudo o racismo que segue latente nas instituições e indivíduos.

A necessidade de descolonizar a universidade é, nesse sentido, uma exigência ética e política que transcende a dimensão acadêmica, pois está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A validação das epistemologias negras e a criação de espaços onde sujeitos racializados possam produzir conhecimento a partir de suas experiências e saberes é condição essencial para que a universidade deixe de ser um local de sobrevivência penosa e se torne um território de vivência plena.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ALÉM DO ACESSO NUMÉRICO

*Validação das epistemologias
Negras é condição essencial
Pra universidade deixar
De ser local penal
E se tornar território
De vivência integral.*

*Por isso sigo lutando
Como pesquisadora negra
Minha presença na academia
É um ato que não se encerra
É resistência política
Que a história não enterra.*

*Que outras jovens negras
Possam ver e acreditar
Que seu lugar é na ciência
E podem transformar*

*A universidade em espaço
Onde possam florescer e estar.*

*E assim termino meu cordel
Com a certeza de que
A luta é longa, mas valiosa
E não vou me abater
Pois a força da ancestralidade
Me faz sempre renascer.*

A análise aqui empreendida evidencia como a violência racial opera de forma contínua ao longo da trajetória educacional de sujeitos negros, ainda que com diferentes intensidades e manifestações. Na educação básica, a violência é explícita, manifestando-se na truculência pedagógica, na negligência com necessidades específicas de aprendizagem e na naturalização de destinos subalternos. Na pós-graduação, a violência torna-se mais refinada, operando por meio de mecanismos simbólicos que produzem estranhamento, solidão e deslocamento.

O reconhecimento da universidade como uma "plantation" contemporânea não implica uma negação das conquistas alcançadas, como o acesso ao ensino superior para segmentos historicamente excluídos. Contudo, a permanência no sistema, especialmente nos níveis mais elevados de formação, revela a persistência de mecanismos institucionais que produzem e reproduzem as desigualdades raciais. O continuum de violência vivenciado, da educação básica à pós-graduação, evidencia a necessidade de políticas que não se limitem ao acesso numérico.

A experiência da mulher negra na academia aponta para um paradoxo: ao mesmo tempo em que a universidade amplia o acesso, mantém estruturas que dificultam a permanência e a produção de conhecimento a partir de identidades não-brancas. A "universidade-plantation" é, portanto, uma prática institucional ativa que tende a desestimular a permanência de jovens negros, reafirmando a necessidade de políticas que atuem nas dimensões subjetivas, relacionais e estruturais do racismo acadêmico.

A luta pela descolonização dos saberes emerge como condição essencial para a transformação da universidade em um espaço de vivência plena para todos os sujeitos. Isso implica não apenas a crítica às hierarquias epistêmicas estabelecidas, mas a construção ativa de outras formas de produção e validação de conhecimento. As escrevivências, entendidas como práticas de escrita que emergem da experiência de corpos e territórios racializados, constituem uma dessas formas de resistência epistemológica.

As contribuições teóricas mobilizadas neste trabalho apontam para a importância de reconhecer as relações entre raça, gênero, classe e território na experiência acadêmica. A interseccionalidade, como categoria analítica, permite compreender como diferentes eixos de opressão se articulam na produção das desigualdades no ensino superior. A mulher negra,

nesse contexto, experimenta uma sobreposição de violências que demanda abordagens específicas para seu enfrentamento.

Por fim, a permanência na academia como pesquisadora negra não é apenas uma conquista individual, mas um ato político que desafia as estruturas que historicamente excluíram sujeitos racializados da produção de conhecimento legítimo. A construção de uma universidade verdadeiramente democrática exige não apenas políticas de acesso, mas uma transformação profunda das estruturas curriculares, das práticas pedagógicas e das relações de poder que organizam a produção de conhecimento. Esse é o horizonte para o qual este trabalho aponta.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- BORGES, F. P. *Universidade-plantation: racismo estrutural e produção de conhecimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2020.
- CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, C. *Escrevivências: uma prática de escrita feminina negra*. 2007.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2016.
- MCKITTRICK, K. *Plantation futures*. *Small Axe*, v. 17, n. 3/42, p. 1-15, 2013.
- MORAGA, C.; ANZALDÚA, G. (Eds.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: SUNY Press, 2022.
- MUNANGA, K. *A questão racial no Brasil e o ensino de história*. 2005.
- PAIM, E.; FURTADO, F. (Orgs.). *Mulheres em defesa do território-corpo-terra*. Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo/Funilaria, 2025.
- SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPILLERS, H. J. Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book. *Diacritics*, v. 17, n. 2, 1987.